

SEXUALIDADE E
INTERIOR CONSERVAD
BRASILEIRO: U
EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO
PARA A DIVERSIDA
SEXUAL E DE GÊNERO
FOZ DO IGUA

SEXUALIDADE NO
INTERIOR CONSERVADOR
BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA
DE EDUCAÇÃO PARA A
DIVERSIDADE SEXUAL E
DE GÊNERO EM FOZ DO IGUAÇU

BARBARA M. ARISI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

SIMONE ÁVILA

NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNEROS E SUBJETIVIDADES - NIGS/UFSC

ARIANNA SALA

CONSULTORA INDEPENDENTE NAS TEMÁTICAS
RELATIVAS À GÊNERO E EDUCAÇÃO

SEXUALIDADE NO INTERIOR CONSERVADOR BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM FOZ DO IGUAÇU

Resumo

Assistimos em nível internacional ao auge de políticas e movimentos conservadores com ênfase na exaltação dos papéis dos gêneros tradicionais e no combate à assim chamada “ideologia de gênero” ao mesmo tempo em que parece ganhar força o chamado à defesa das identidades nacionais e das fronteiras, das famílias tradicionais, e da vida do nascituro em contra do aborto. Este artigo trata da experiência de extensão, pesquisa e educação sobre gênero e sexualidade, desenvolvida por uma universidade federal brasileira em uma cidade do interior do Paraná, localizada na tríplice fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai. É importante notar que o Paraná é um estado considerado como extremamente conservador. Consideramos que iniciativas que incidem diretamente nas comunidades escolares, como as descritas neste artigo, se configuram como espaços pedagógicos de resistência, onde são trilhados caminhos possíveis para contribuir na criação de espaços educativos onde preconceito e discriminações por razões de gênero e sexualidade sejam problematizados e eliminados. Consideramos, além disso, que especialmente nesses tempos atuais de ataques globais aos direitos das mulheres, lésbicas, gays, pessoas trans e aos direitos humanos, é fundamental que, em nível local, continuem existindo e resistindo espaços de promoção a reflexão e à desconstrução de estruturas opressoras.

Palavras-Chave: sexualidades, LGBT, educação, extensão, diversidade.

SEXUALITY IN THE BRAZILIAN CONSERVATIVE COUNTRYSIDE: AN EDUCATION EXPERIENCE FOR SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN FOZ DO IGUAÇU

Abstract

We are witnessing at the international level the rise of conservative policies and movements with an emphasis on the exaltation of traditional gender roles and the fight against the so-called “gender ideology”, while the call to defend national identities and borders, traditional families, and the life of the unborn child against abortion seems to gain strength. This article deals with the experience of extension, research and education on gender and sexuality, developed by a Brazilian federal university in a city in the countryside of the state of Paraná, located on the triple border of Brazil with Argentina and Paraguay. It is important to note that Paraná is a state considered as extremely conservative. We believe that initiatives that directly affect school communities, such as those described in this article, are configured as pedagogical spaces of resistance, where possible paths are used to contribute to the creation of educational spaces where prejudice and discrimination for reasons of gender and sexuality are problematized and eliminated. We also believe that, especially in these current times of global attacks on the rights of women, lesbians, gays, transgender people and human rights, it is essential that, at the local level, spaces for promoting reflection and the deconstruction of oppressive structures continue to exist and resist.

Keywords: Sexualities, LGBT, education, civil engagement, diversity.

SEXUALIDAD EM EL INTERIOR CONSERVADOR BRASILEIRO: UNA EXPERIENCIA DE EDUCACIÓN PARA LA DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO EN FOZ DE IGUAÇU

Resumen

Asistimos a escala internacional al auge de políticas y movimientos conservadores con énfasis en la exaltación de los papeles de género tradicionales y en el combate de la denominada “ideología de género”, al mismo tiempo parece ganar fuerza el llamado a la defensa de las identidades nacionales y de las fronteras, de la familia tradicional y en contra del aborto. Este artículo trata de la experiencia de extensión, investigación y educación sobre género y sexualidad, desarrollada por una universidad federal brasilera en una ciudad del interior de Paraná, localizada en la triple frontera de Brasil con Argentina y Paraguai. Es importante anotar que Paraná es un estado considerado extremadamente conservador. Consideramos que las iniciativas que inciden directamente en las comunidades escolares, como las descritas en este artículo, se configuran como espacios pedagógicos de resistencia, donde se abonan caminos posibles para contribuir a la creación de espacios educativos en los que el preconceito y la discriminación por motivos de género y sexualidad sean problematizados y eliminados. Consideramos, además, que especialmente en los tiempos actuales de ataques globales a los derechos de las mujeres, lesbianas, gais, personas trans y a los derechos humanos, es fundamental que, a escala local, continúen existiendo y resistiendo espacios que promuevan la reflexión y la deconstrucción de estructuras opresoras.

Palabras-Clave: sexualidades, LGBT, educación, extensión, diversidad.

Endereço do autor para correspondência: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Parque Tecnológico Itaipu - PTI (Bloco 04 - Espaço 03 - Sala 05). Av. Tancredo Neves, 6731 - Foz do Iguaçu - PR - CEP 85867-970.

barbara.arisi@gmail.com
simoneavila10@brturbo.com.br
arianna.sala3@gmail.com

INTRODUÇÃO

Assistimos em nível internacional ao auge de políticas e movimentos conservadores com ênfase na exaltação dos papéis dos gêneros tradicionais e no combate à assim chamada “ideologia de gênero” ao mesmo tempo em que parece ganhar a grande força o chamado à defesa das identidades nacionais e das fronteiras, das famílias tradicionais, e da vida do nascituro em contra do aborto.

Retomando a clássica definição em que a historiadora Joan W. Scott (1988) define o gênero tanto como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, como uma forma fundamental de significar as relações desiguais de poder entre os sexos, o sociólogo francês Eric Fassin afirma que definir o gênero enfatizando sua capacidade de outorgar significação às relações de poder nos oferece uma poderosa chave de leitura sobre os embates acerca da “ideologia do gênero” pois “esses ataques. Podem ser interpretados precisamente nesses termos, já que ao mesmo tempo oferecem significados à religião, raça, classe e nação, invitando-nos portanto a uma leitura nos termos da interseccionalidade” (Fassin 2016:185)

São muitos os exemplos dessas tendências conservadoras em nível internacional, é suficiente olharmos à eleição de governos ultraconservadores na Hungria (2014) e na Polônia (2015) que pretendia criminalizar o aborto; à derrota do acordo de paz na Colômbia (2016) em que foi determinante o

voto “contra” dos cristãos tanto evangélicos como católicos, receosos de que o acordo fosse uma expressão da ideologia de gênero e representasse um ataque aos valores das famílias tradicionais; à eleição de Donald Trump como presidente do Estados Unidos da América (2016), quem, por exemplo, no começo de 2017 assinou uma ordem executiva que proíbe a concessão de fundos governamentais a grupos e associações que promovam ou assessoram o aborto no exterior.

Contexto atual brasileiro

Instaurado após o golpe parlamentar que cassou o mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2016), o governo de Michel Temer (2016-) se mostrou, desde sua posse, muito próximo às reivindicações das bancadas religiosas e ultraconservadoras no Congresso, a mesma que optou por afastar a presidenta eleita. O governo Temer constituiu seu gabinete ministerial formado apenas por homens brancos¹, e mostrou-se repetidamente a favor de legislações que limitassem ainda mais a autonomia reprodutiva das mulheres mesmo em um contexto emergencial, como o causado pela epidemia do vírus Zika.

Por outro lado, no âmbito da educação, projetos de lei tramitam tanto na Câmara dos Deputados (PL 867/2015) como no Senado (PLS 193/2016) para institucionalizar o chamado “Programa Escola Sem Partido”, que visa obrigar escolas e corpo docente a “respeitar” as convicções morais de estudantes e famílias, propondo, na prática, a proibição nas escolas do de-

bate sobre educação sexual, moral e religiosa. Esses projetos de lei pretendem estabelecer a primazia das igrejas e das famílias em temas de “educação”, deixando à escola o dever de “instruir”, minando assim o princípio de laicidade do ensino público, assim como a liberdade de expressão dos professores no exercício da sua atividade profissional, além de silenciar e naturalizar as desigualdades produzidas na sociedade por práticas sexistas ou homo-lesbo-transfóbicas. Infelizmente, desde os governos da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) assistíamos, no campo da educação, à prevalência de discursos de cunho religiosos e conservadores, que lograram importantes vitórias políticas como a retirada da palavra “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014). O PNE estabelece metas para a educação a serem cumpridas em um período de dez anos. Na votação que sancionou o PNE 2014-2024 a bancada religiosa² conseguiu aprovar o destaque que modifica o trecho do plano, que afirma: *“São diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”*, retomando o texto do Senado, que fala apenas em: *“São diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais e a erradicação de todas as formas de discriminação”*.

Isso já representava um claro retrocesso em comparação com o PNE 2001³ em que ao menos se faz referência no art. 4.3, inciso 12 a: *“incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que*

se refere à abordagem, tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais”.

É preciso sublinhar que, infelizmente, apesar da menção explícita de tal artigo ter sido aprovada no PNE 2001, se avançou pouco em relação à formação inicial docente nos temas de gênero e diversidade sexual. Em 2008, a organização “ECOS- Comunicação em sexualidade” realizou a pesquisa “As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil - 2003 a 2008: os currículos de formação docente” (ECOS, 2008), a qual analisou os currículos dos cursos de Pedagogia e de licenciaturas de todo o território nacional. Os resultados dessa pesquisa concluem que os temas relacionados à sexualidade e ao gênero não estão presentes de maneira significativa na maioria dos cursos de graduação que são responsáveis pela formação de professoras e professores. Além disso, as disciplinas sobre gênero, diversidade sexual, educação sexual, quando ofertadas, são em sua maioria opcionais, sendo que serão provavelmente cursadas majoritariamente por estudantes previamente interessadas nelas (Sandra Unbehaum, Sylvia Cava-sin, Thais Gava 2010). Por outro lado, a pesquisa evidencia que as resistências à implantação de uma política nacional de educação sexual incidem mais em âmbito local do que na formulação de propostas nacionais.

As dificuldades das Secretarias e Conselhos Estaduais e Municipais para aprovar planos de formação e ação em gênero e sexualidade são denunciadas

no Informe Brasil - Gênero e Educação 2013: *“identifica-se um crescente processo de autocensura em determinados setores dos governos federal, estaduais e municipais com relação a questões de gênero e sexualidade em decorrência da ação política de tais grupos religiosos”* (Ação Educativa, Carreira 2013:110). Nesse cenário de embate ideológico não foi distribuído o kit “Escola sem Homofobia” (2011); acabou a distribuição de materiais educativos do programa federal Saúde e Prevenção na Escola voltado à prevenção da AIDS (2013); não foram emitidas as Diretrizes Nacionais de Educação, Gênero e Sexualidade, apesar das promessas do Conselho Nacional de Educação e das deliberações realizadas nesse sentido na II Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014).

Em 2015, o “Comitê de Gênero” foi instituído no Ministério da Educação, por meio da Portaria N° 916 de 9 de setembro de 2015, uma reivindicação de longa data da comunidade educacional, dos movimentos sociais, e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (CNCD/LGBT). O “Comitê de Gênero” que tinha, entre outros, o objetivo de: *“Propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento de diversas formas de preconceito discriminação e violência”* (Art. 2, Inciso 1), chegou a existir por apenas 12 dias. Após ação de pressão e lobby da Frente Parlamentar Evangélica (FNE), o “Comitê de Gênero” foi

substituído pelo “Comitê de Combate às Discriminações” pela Portaria N° 949 de 21 de setembro de 2015.

No contexto atual, em que “a manutenção de uma educação sexista, homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, racista e discriminatória no ambiente escolar” é considerada um dos grandes desafios da educação brasileira (Ação Educativa, Carreira 2013:10), consideramos que iniciativas que incidem diretamente nas comunidades escolares, como as descritas a seguir, se configuram como espaços pedagógicos de resistência, onde são trilhados caminhos possíveis para contribuir na criação de espaços educativos onde preconceito e discriminações por razões de gênero e sexualidade sejam problematizados e eliminados. Consideramos, além disso, que especialmente nesses tempos atuais de ataques globais aos direitos das mulheres, lésbicas, gays, pessoas trans e aos direitos humanos, é fundamental que, em nível local, continuem existindo e resistindo espaços de promoção a reflexão e à desconstrução de estruturas opressoras.

Foz do Iguaçu: uma cidade conservadora

Este artigo trata da experiência de projetos de educação sobre gênero e sexualidade realizados por uma universidade federal brasileira em uma cidade do interior do Paraná, localizada na tríplice fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai. Esperamos, desse modo, mostrar como realizamos uma experiência de extensão, pesquisa e educação sobre temática de sexualidades em uma cidade do interior do país. É importan-

te notar que o Paraná é um estado considerado como extremamente conservador. Por exemplo, em Foz do Iguaçu, em 2015, quando realizamos o evento Trans Day na cidade, haviam diversos outdoors com propaganda contra o que as/os deputadas/os da bancada evangélica chamam de “ideologia de gênero”. Um deles estava instalado na avenida Beira Rio, financiado com dinheiro público pelo gabinete da deputada estadual Cláudia Pereira, casada com o então prefeito da cidade, Reni Pereira. Em 2016, o prefeito foi afastado do cargo acusado de montar um esquema de corrupção que incluía sua mulher e outros familiares.

A experiência de extensão universitária que iremos apresentar foi realizada na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), uma instituição pública brasileira voltada para estudantes da América Latina e Caribe, criada a partir de um projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde 2010, a missão da UNILA é incentivar a cooperação solidária entre instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais no centro e sul do continente americano.

A parceria acadêmica entre a UNILA e o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), remonta a 2012, quando a pesquisadora pós-doutoranda Arianna Sala (uma das autoras desse artigo) palestrou no saguão do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAA-CH), inaugurando em Foz do Iguaçu

a série de palestras e atividades de extensão Oficinas Papo Sério, criadas e desenvolvidas pelo NIGS. Desde que começou a atuar na UNILA como professora em 2012, e um ano depois como diretora eleita do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (uma das quatro unidades acadêmicas), Arisi procurou trazer para Foz do Iguaçu o que havia aprendido com as/os colegas do NIGS, núcleo no qual havia realizado pós-doutorado.

Diversas atividades de extensão originalmente criadas e desenvolvidas pelos pesquisadores do NIGS, como o Concurso de Cartazes contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia e as Oficinas Papo Sério, foram oferecidas pelos pesquisadores e pesquisadoras da UNILA para os/as docentes do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu. Essas iniciativas auxiliaram a solidificar uma parceria com a rede pública de ensino. Inicialmente, o historiador e professor Adilson Manfrin, responsável pelas atividades da equipe de atendimento à diversidade do NRE, havia convidado Arisi para oferecer uma palestra sobre povos indígenas como parte da formação de docentes de ensino básico e médio. Entre os objetivos do NRE está a orientação de profissionais de educação no campo, educação escolar indígena, educação das relações étnico-raciais, gênero e diversidade sexual, voltados para encaminhamentos teóricos e metodológicos nas escolas. A partir dos projetos de extensão que desenvolvemos juntos ao NRE, ganhamos o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UNILA.

Oficinas Papo S rio e Concurso de Cartazes

Em 2012, organizamos a primeira de muitas atividades acadêmicas de educa o e troca de experiências com e para as equipes multidisciplinares de escolas da rede pública estadual na região. No primeiro ano, desenvolvemos um concurso de cartazes, replicamos a experiência desenvolvida em Santa Catarina pelo projeto Papo S rio. Em seu segundo ano, o Concurso de cartazes e as Oficinas Papo S rio receberam financiamento da PROEX. Desenhamos então dois projetos: um voltado para o público interno da universidade com objetivo de combater o heterossexismo nas rela es entre estudantes, técnicos e docentes, coordenado por um psicólogo da universidade que trabalha na Pr -Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e outro para o público externo com professores e estudantes da rede pública estadual, coordenado por outro servidor.

As Oficinas Papo S rio e o Concurso de Cartazes mantiveram os mesmos nomes dados pelos/as pesquisadore/as da UFSC a fim de manter a sua identidade (SALA; GROSSI, 2013). Preparamos aulas com os professores e os estudantes das duas escolas como uma forma de interven o social. É uma forma comum de relacionamento no Brasil entre os universitários e a comunidade com a qual a universidade trabalha. A extensão é uma prática comum no Brasil, mas rara em países da Europa. Com tal a o de extensão, nosso objetivo principal era promover o combate ao heterossexismo e refletir em sala de aula sobre as questões re-

lacionadas a identidade de g nero e a diversidade sexual. O coordenador do NRE de Foz do Iguaçu informou que era importante dar aten o às temáticas de racismo e discrimina o étnica, além de diversidade sexual. O coordenador do NRE sugeriu duas escolas da rede pública em Foz do Iguaçu com as quais deveríamos desenvolver os trabalhos: o Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza Dias e o Colégio Estadual Carim .

O concurso de cartazes se configurou como atividade final das oficinas que incentivou os estudantes a produzirem cartazes como forma de combate ao heterossexismo, ao racismo e   discrimina o étnica. Solicitamos a empresários de turismo na região apoio com pr mios para os vencedores do concurso. Logramos receber vales-pr mios, entre eles, assentos em v o panorâmico de helicóptero sobre as Cataratas, no Parque Nacional do Iguaçu, para os três estudantes e a professora classificados em primeiro lugar. Para os premiados em segundo e terceiro lugares, ganhamos entradas para o Museu de Cera e o Vale dos Dinossauros. A solicita o de pr mios   empresas da região é um modo de visibilizar para além do ambiente universitário as a es de extensão. Ao solicitar apoio, conseguimos apresentar a empresários o projeto Oficinas Papo S rio e o Concurso de cartazes, dialogando desse modo também com o setor comercial regional, no caso específico de Foz do Iguaçu com o ramo turístico local.

A parceria entre pesquisadores do NIGS/UFSC e da UNILA possui um histórico também em nível discente,

pois diversos estudantes ligados ao grupo de ativistas Maldita Geni - um grupo de militância LGBTTT criado na UNILA e com atuação no município de Foz do Iguaçu - estiveram na UFSC para participar de eventos acadêmicos como o Fazendo Gênero. A partir de então, entraram na rede de trocas e comunicação com pesquisadores do NIGS da UFSC.

A UNILA manteve, a partir da atuação de estudantes e servidores envolvidos com os projetos do NIGS em Foz do Iguaçu, boas relações e de parceria de trabalho com diversos grupos de ativismo pela igualdade de gênero na cidade como a Ciranda Feminista, Espaço Paranaense da Diversidade Sexual, Espaço Iguacuense da Diversidade LGBTTT. Além disso, estabelecemos relações com grupos de ativistas na Argentina e Paraguai, países vizinhos ao Brasil. O ápice desse trabalho se deu quando realizamos o evento Trans Day NIGS na UNILA em 2015. Tal feito proporcionou a interiorização do evento (por ser um município de meio porte no estado do Paraná) e ao mesmo tempo a internacionalização do seminário, por ser realizado nessa cidade localizada na tríplice fronteira, com a presença de ativistas e estudiosos de países latino-americanos, atendendo assim também a missão internacionalista da universidade.

Trans Day NIGS

Realizamos também o “Trans Day NIGS – Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades Trans”, um seminário anual, cuja primeira edição ocorreu em 2010. Ávila é uma das idealizadoras do

evento e trabalhou na equipe organizadora em todas as suas edições. Durante os cinco anos subsequentes, o evento foi organizado pelo NIGS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse seminário inseriu a UFSC no circuito internacional de atividades que marcam a luta pela despatologização das identidades trans ao redor do mundo. Por meio da campanha *Stop Trans-Pathologization – 2012*, foi o primeiro evento dessa campanha realizado no Brasil, em que o objetivo é lutar pela despatologização das identidades trans e pela sua retirada dos catálogos de doenças, como o DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da *American Psychiatric Association*, e o CID (Classificação Internacional de Doenças), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que atualmente passa por um processo de revisão, com a previsão de publicação em 2017 (Ávila, 2014).

Essa luta repercutiu na publicação, em maio de 2013, da quinta versão do DSM, na qual a transexualidade, antes considerada um “transtorno de identidade de gênero”, ou seja, um “transtorno mental”, passou a ser “disforia de gênero”. A não conformidade com o gênero não implica em si uma “disforia”. Apesar das mudanças, estão ainda presentes no campo das transexualidades discursos médicos e “psi” que precisam ser problematizados em conjunto com as práticas de saúde, assim como outras demandas legais e judiciais e as implicações de classe social imbricadas.

O objetivo do Trans Day NIGS, desde a primeira edição, é promover um espaço de encontro e diálogo entre pes-

quisadores/as sobre transexualidades e travestilidades, ativistas e formuladores/as de políticas públicas em diversos campos, articulando teorias trans e as reivindicações políticas, por meio de rodas de conversas, manifestos visuais e diferentes formas de expressões artísticas. O evento tem se constituído como uma referência no país para as reflexões e debates acerca da despatologização das identidades trans. A partir da experiência na UNILA, em 2015, o evento passou a ser itinerante, sendo realizado, em 2016, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA), Rio Grande do Sul.

O primeiro Trans Day NIGS, organizado em outubro de 2010 como parte da luta internacional pela despatologização das identidades trans, foi o ponto de partida para uma sucessão de atividades realizadas na UFSC que se tornaram uma referência nacional no debate em torno dos direitos de um segmento com pouca visibilidade no campo LGBTTT. O Trans Day NIGS 2010 teve uma roda de conversa com um representante dos homens trans, uma representante das mulheres trans e duas pesquisadoras, Míriam Grossi e Simone Ávila. Escolhemos fazer uma “roda de conversa” por ter um caráter menos formal, possibilitando a participação de todos/as. As rodas de conversas foram mantidas nas outras edições. Estiveram presentes cerca de trinta pessoas, a maioria acadêmicos/as de ciências sociais, antropologia e psicologia da UFSC, mas também contou com alguns ativistas e com a presença de pessoas externas à comunidade

acadêmica da UFSC. Houve grande participação do público no debate.

Uma exposição de fotos de pessoas de gênero não-normativo, encontradas na internet, foi montada com a intenção de contribuir com a visibilidade desses sujeitos. Instalamos um manifesto⁴ visual, com faixas de TNT coloridas, penduradas no saguão central do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC que continham palavras de ordem⁵.

Em 2011, o Trans Day NIGS se torna um seminário, chamado de II Trans Day NIGS – Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades Trans, tomando outras proporções, e teve como característica a incorporação do campo das artes plásticas na reflexão teórica proposta pelo NIGS através de um manifesto visual que teve exposição itinerante na UFSC e uma mostra de filmes sobre a temática trans. Naquele ano, o seminário contou com a participação de importantes pesquisadores/as da área, como Tatiana Lionço, Berenice Bento, Fátima Lima, Guilherme de Almeida, Mônica Siqueira, Alexandre Câmara Vale e Rosa Blanca, e teve também a participação de ativistas como André Guerreiro e Gabriela Silva. Fizemos também o lançamento do livro “Viagem Solitária”, de João W. Nery.

Em 2012, no III Trans Day NIGS, as rodas de conversas versaram sobre políticas públicas para a saúde trans, o nome social como estratégia de inclusão e as (in)visibilidades que sofre o coletivo, sempre com a presença de ativistas e pesquisadores/as. Também houve um manifesto visual através

da exposição de fotografias intitulada “Pelas ruas... sem etiquetas!”. Organizamos uma mostra de filmes de curta-metragem sobre a temática, com chamada pública para submissão.

Em 2013, no IV Trans Day NIGS, a presença da arte, entendida como espaço de fruição e reflexão, foi uma característica distinguida do evento, com a apresentação do espetáculo teatral “Andróginos”, de Porto Alegre, que discutiu as normas binárias de gênero, e a I Exposição Internacional de Arte e Gênero, apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, e mistura visualidades trans, dissidências estéticas, memórias femininas e críticas à violência de gênero.

No V Trans Day NIGS, realizado em 2014, foram incorporadas outras novidades, tais como a realização de conferência de abertura, proferida pelo Prof. Dr. Alain Giami, do Institut de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM) de Paris, que abordou o tema “Fenômeno Trans*: questões políticas e questões de pesquisa”, palestra do Prof. Dr. William Peres, da UNIFESP, sobre “Amores dissidentes” e apresentação de trabalhos em forma de pôsteres que envolveram transexualidades, travestilidades e despatologização das identidades trans. Além do manifesto visual, houve rodas de conversa sobre assuntos fundamentais: os desafios do reconhecimento do nome social tanto no Brasil quanto em Santa Catarina e as transmasculinidades. A diversidade de pontos de vista, com uma forte presença das vozes trans, é uma marca registrada do seminário.

O VI Trans Day NIGS/UNILA teve como objetivo ampliar a reflexão científica e o debate sobre a patologização das identidades trans, abordando temas de grande importância política em nível nacional e internacional no campo dos estudos de gênero, tendo como enfoque os dilemas e paradoxos que envolvem a patologização dos sujeitos trans tanto no plano subjetivo quanto em suas implicações sociais e políticas.

A idéia foi discutir a temática das identidades e categorias de gênero como tema geral presente em todas as atividades, já que os campos médico e jurídico têm um modo de conhecer as transexualidades e travestilidades que leva ao encerramento dos sujeitos em conceitos fechados e estabelecidos. Também alguns movimentos sociais trabalham a partir dessa ótica das categorias, enquanto outros negam completamente os enquadramentos. Em todos esses casos, as reivindicações trazem impressas os modos de pensar dos movimentos sociais envolvidos, tornando imprescindível para a Academia entender esses movimentos políticos e identitários, junto com as proposições teóricas do feminismo atual.

Com a realização deste Seminário específico sobre transfobia, cidadania e identidades trans, desejamos ampliar o espaço acadêmico de discussão e troca de saberes entre a universidade, movimentos sociais e Estado, no contexto latino-americano, visando contribuir para o respeito à cidadania destes indivíduos e grupos sociais, por meio da implementação de políticas públicas inovadoras no campo do gênero e das sexualidades.

Para isto reunimos pesquisadores/as que estudam identidades ou expressões de gênero trans, ativistas dos movimentos de transexualidades e travestilidades, representantes de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU Brasil) e formuladores/as de políticas públicas no campo dos direitos humanos para esses segmentos.

Os temas das rodas de conversa no Trans Day NIGS/UNILA foram sobre despatologização trans no contexto internacional, a questão trans na América Latina: saúde, educação e movimentos sociais, e a questão trans na América Latina: quem tem direitos? Contou com a participação de convidadas internacionais, como Marcela Pini, ativista uruguaia, e Cecília Santamaria, coordenadora da Diversidade do Ministério da Saúde da Argentina, convidados/as nacionais, como David Christian Zimmermann, Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) do Paraná, Alessandra Ramos, ativista do movimento de pessoas trans negras, Ângela Pires Terto, da ONU Brasil, pesquisadoras/es da UFSC, como Crishna Correa, Melissa Barbieri, Simone Ávila, Lino Gabriel Nascimento dos Santos e Ana Maria Mujica, e pesquisadoras/es da UNILA, como Barbara Arisi, Marcos de Jesus de Oliveira e Ronaldo Canabarro. Contamos com a apresentação de poster acadêmico da pesquisadora trans Antonella Gessi de Lima sobre a evasão escolar de travestis e transexuais, graduanda em Pedagogia no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC).

Redes

Na UNILA, alguns estudantes, técnicos administrativos em educação e professoras/es criaram um Grupo de Estudos sobre Gênero e Sexualidades da Unila para discussão e debate sobre diversidade sexual: o Maldita Geni. Seu objetivo era fomentar a existência de espaços plurais, de vivência e convivência. No começo, o grupo manteve seu foco em realizar leituras e estudar sobre teorias diversas sobre identidades de gênero e diversidade sexual. Logo, algumas/uns integrantes do grupo concluíram ser de fundamental importância realizar também atividades práticas no próprio ambiente universitário. Organizaram então algumas atividades para a chegada dos estudantes calouros em 2014 como uma oficina de *cross dressing* e uma exibição de filme seguido de debate sobre HIV e ativismo.

A oportunidade de compor um projeto de extensão para dialogar diretamente com os moradores de Foz do Iguaçu sobre assuntos ligados à sexualidade interessou aos integrantes do Maldita Geni. Os projetos desenvolvidos na UNILA buscaram seguir a orientação do NIGS de colocar em cheque a categoria gênero como “uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1998: 6). As ações trataram de debater questões nas escolas sobre homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, travestifobia e gayfobia e chamar atenção para a importância de com-

bater as diversas violências ocorridas como consequências delas.

No entanto, ainda vivemos em uma sociedade que se pauta na discriminação das diferenças para impor e exaltar valores heteronormativos. As políticas apresentadas anteriormente e que foram implementadas durante os governos Lula e Dilma são insuficientes para criar uma sociedade onde todos são vistos e respeitados como iguais. Assistimos atualmente o fortalecimento da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, que insiste em atacar sistematicamente os poucos direitos já adquiridos por homossexuais e impedir que novos sejam conquistados.

Nesse contexto, Foz do Iguaçu é uma cidade do interior, com uma cultura conservadora no que se refere ao respeito pela diversidade sexual e de gênero, e não difere do restante do nosso país. Embora situada em uma região de fronteira, ainda se configura como uma cidade que oferece incipientes políticas públicas voltadas para sua população LGBTQTT.

Entendemos que recriar experiências educativas como as desenvolvidas pelo NIGS em cidades do interior no Brasil é muito importante. Acreditamos na necessidade do compromisso da Universidade Pública com a sociedade na construção de novos saberes e trocas de experiências para criarmos uma sociedade mais igualitária e menos violenta. Esperamos que o registro de nossa experiência contribua para que outros grupos universitários possam desenvolver atividades como o concurso de cartazes contra o heterossexismo

e realizar eventos como o Trans Day para darmos visibilidade a sexualidades não heteronormativas. As universidades podem contribuir para diminuir a violência contra as pessoas trans e homossexuais e contribuir para um mundo mais diverso.

NOTAS

¹ O último gabinete ministerial formado apenas por homens foi o do ditador Ernesto Geisel (1974-1979).

² A virulência do ataque à “ideologia de gênero” mostra-nos o quanto a desconstrução dos papéis de gênero, do sexismo, do heterossexismo, do cissexismo está no centro de um embate ideológico, sobre o modelo de cidadãs e cidadãos, de sociedade que quer se construir no país e a nível mundial.

³ Assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2003).

⁴ Manifestos são discursos programáticos e prescritos, que aspiram mudar realidades com palavras (Yanoshevsky, 2009). Sabemos que atuar publicamente significa construir uma visualidade. Deste modo, construímos o manifesto visual como uma intervenção pública. O conceito de visualidade é um desdobramento do conceito de manifesto (Ávila et al. 2011).

⁵ Usamos a expressão palavras de ordem em um contexto de recriação e ressignificação do imaginário que circula ao redor do universo trans para criar novos deslocamentos de sentido a partir das frases propostas (Ávila et al. 2011).

REFERÊNCIAS

Ação Educativa, e Denise, C.2013. *Informe Brasil – Gênero e Educação/Ação Educativa*.

- Coordenado por Denise Carreira; Ecos; Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Edição revista 2013.
- Ávila, S., R. M. Blanca, A. P. Boscatti, R. Oliveira, V. K. Ferreira, e V. Nunes Ávila et al 2011. 2011. Trans Day NIGS 2010. Uma proposta científica, artística e acadêmica de metodologia-ação no campo da transexualidade. *V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Instâncias e práticas nas políticas da própria vida - I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade - I Encontro Nacional Gênero e Diversidade na Escola (GDE)*. Rio Grande.
- Simone, A. 2014. *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Eric, F. 2016. Gender and the problem of Universals: Catholic Mobilizations and Sexual Democracy in France. *Religion & Gender* 2(6):173-186.
- ECOS. 2008. As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil - 2003 a 2008: os currículos de formação docente. Coordenação de S. Unbehau e S. Cavasin. Equipe de pesquisa de S. Unbehau e P. Neves. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/projetos/politica/as_politicas_de_educacao_em_sexualidade.pdf> (Consultado em 02/05/2016).
- Fórum Nacional de Educação. 2015. Documento final da Conferência Nacional de Educação 2014. Disponível aqui: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Conae-2014-documento-final.pdf>>. Acesso em 02 maio 2016.
- Ministério da Educação. Portaria N° 916, de 9 de Setembro de 2015. DOU N° 173, quinta-feira 10 de Setembro de 2015 Disponível aqui: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=10/09/2015>>. Acesso em 19 fev. 2017.
- Ministério da Educação. Portaria N° 949, de 21 de Setembro de 2015. DOU N° 181, terça-feira 22 de setembro de 2015, pag. 15. Disponível aqui: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=15&data=22/09/2015>>. Acesso em fev. 2017.
- Sala, A., e M. P. Grossi. 2013. Batendo Um Papo-Sério: desconstruindo gênero e sexo nas escolas de Santa Catarina. *Anais Eletrônicos do III Seminário Internacional Enlacando Sexualidades*. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Batendo-um-papo-s%C3%A9rio-desconstruindo-g%C3%A9nero-e-sexo-nas-escolas-de-Santa-Catarina.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.
- Scott, J. W. 1988. Gender and the Politics of History, in *Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia. Anais do Fazendo Gênero* 9. S. Unbehau, S. Cavasin e T. Gava, Thais. 2010. New York: Columbia University.

Recebido em 29/03/2017

Aprovado em 03/04/2017